

Crítica da modernidade no pensamento marxista contemporâneo: dois pontos de vista.

Giovanna Henrique Marcelino.

Cita:

Giovanna Henrique Marcelino (2019). *Crítica da modernidade no pensamento marxista contemporâneo: dois pontos de vista*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1441>



Crítica da modernidade no pensamento marxista contemporâneo: dois pontos de vista

Giovanna Henrique Marcelino

Resumo

O tema da modernidade, além de proeminente na história e constituição da tradição sociológica, foi uma questão basilar para os esforços surgidos na teoria social contemporânea, em sua tentativa de conceituar e caracterizar as sociedades ocidentais após a segunda metade do século XX. Este trabalho visa comparar como esse debate foi realizado por teóricos marxistas provenientes do centro e da periferia do capitalismo, em especial, por marxistas anglo-saxões vinculados à chamada *New Left* e marxistas brasileiros oriundos da linhagem aberto pelo grupo conhecido como “Seminário Marx”, ambos singularizados por serem compostos por intelectuais preocupados em promover uma atualização do marxismo em seus países. Mais especificamente, pretende-se confrontar o debate desenvolvido e publicado na revista *New Left Review* por Perry Anderson, Marshall Berman e Fredric Jameson em meados dos anos 1980, com as formulações que Roberto Schwarz, Francisco de Oliveira e Paulo Arantes desenvolveram em período semelhante. O objetivo central será analisar como o diagnóstico de esgotamento ou desintegração do moderno foi tematizado a partir destes pontos de vista nacionais distintos, por meio de noções como as de “modernização completa” e “colapso da modernização”. Com isso, pretende-se evidenciar tanto as especificidades quanto a complementariedade destas visões para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Além disso, espera-se mostrar como os autores a serem trabalhados representam tentativas originais de renovação e atualização da tradição marxista e de seus conceitos, em meio a geografia desigual e combinada da ordem mundial capitalista.

Palavras-chave

Modernidade; modernidade periférica; marxismo brasileiro; marxismo anglo-saxão; modernização capitalista.

Introdução

Em *O manifesto comunista*, Marx e Engels analisaram o surgimento da sociedade burguesa moderna, entendendo-a como portadora tanto do progresso quanto da



catástrofe, ou seja, como um estágio ao mesmo tempo progressivo e contraditório do desenvolvimento histórico, tendo em vista os aspectos negativos (exploração, reificação, dominação) e positivos (urbanização, industrialização, etc.) produzidos pelo desenvolvimento capitalista. Desde então, o marxismo se singularizou enquanto uma vertente teórica e política simultaneamente crítica e defensora da modernidade, buscando apreender sua natureza contraditória (Therborn, 2012, p. 61-62).

No momento em que o contexto original que deu base para as análises de Marx e Engels começou a apresentar sinais significativos de mudança – especialmente após o quadro de transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no mundo ocidental em meados do século XX– o sentido da modernidade e a própria validade do marxismo enquanto uma “narrativa” ou “versão radical” do projeto moderno começaram, entretanto, a ser questionados, num extenso debate registrado na teoria social nos anos 1970 sob as consignas de “fim da modernidade” e “fim do marxismo”.

Passada algumas décadas, é possível dizer que o marxismo não apenas resistiu ao impacto gerado por tais debates em torno da inflexão ou “crise” do moderno em suas múltiplas esferas (histórica, econômica, política, cultural e intelectual), como, na verdade, saiu dele renovado. Diante da pergunta sobre a atualidade da reflexão dialética da modernidade para se pensar a sociedade capitalista contemporânea, uma série de teóricos marxistas promoveram atualizações fundamentais das análises e diagnósticos desta tradição, num movimento de ampliação, revisão e autocrítica que lhe é constitutivo, haja visto que a obra de Marx e seu legado é constantemente relida e revisada por diferentes gerações à luz das especificidades de cada momento histórico e contexto nacional. E as transformações gestadas no capitalismo a partir do pós-guerra representaram mais um desses momentos. À medida em que as perspectivas pós-modernas, por exemplo, assumiram certo protagonismo nas discussões sobre a modernidade e sobre o “mito do progresso” na teoria social contemporânea, o marxismo se viu desafiado a demonstrar como não perdeu terreno nessa crítica, nem mesmo teve seu caráter original alterado ao se posicionar em relação ao diagnóstico da pós-modernidade. Pelo contrário, do ponto de vista do presente, pode-se dizer que a crítica marxista na verdade foi atualizada justamente quando tais temas foram incorporados e se tornaram objeto de debate (Musse, 2012).

A questão, entretanto, é que tanto o ponto de partida quanto desenvolvimento deste debate não foi o mesmo nos países de centro e da periferia do capitalismo, tendo em



vista os caminhos desiguais e combinados assumidos pela modernidade capitalista em seu processo de desenvolvimento.

Debate Berman – Anderson – Jameson

No caso anglo-saxão, o debate sobre as relações entre marxismo e modernidade foi ativado no final do século XX em ocasião da proliferação de uma série de terminologias que, contrapondo-se às narrativas modernas e aos quadros teóricos clássicos de interpretação da sociedade moderna (entre elas, a oferecida por Marx), buscavam designar o surgimento de uma nova ordem social “pós-capitalista” nos anos 1970, tal como expressam as noções de sociedade “pós-industrial”, “pós-moderna” e “pós-histórica” (Kumar, 2006). Ao mesmo tempo, tratava-se de um momento de autorreflexão e de redefinição do próprio marxismo que, após a divulgação dos crimes e violações realizados pelo stalinismo em 1956, alimentou-se de um “retorno à Marx” em diversos países, com o surgimento de novas leituras e esforços teóricos desorbitados do escopo do chamado “marxismo oficial”. Tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, a constituição da chamada *New Left* cumpriu um papel significativo nesse processo, fomentando a formação de uma geração de intelectuais com interesse renovado pela tradição marxista, como aquela que se agrupou em torno da *New Left Review* – revista que se consolidou como um dos principais meios de publicação e difusão da produção teórica marxista, reunindo escritos de importantes proponentes desta tradição há cerca de sessenta anos.

No bojo desse processo de revitalização do marxismo, diferentes posições sobre os caminhos para se atualizar o diagnóstico do presente histórico se delinearam. Um dos primeiros livros a provocar tal discussão – suscitando, entre outras coisas, justamente o debate sobre as relações entre marxismo e modernidade, a partir da defesa de uma concepção de modernidade no pensamento de Marx – foi *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, escrito por Marshall Berman em 1982. A argumentação central de Berman – baseada numa cuidadosa perícia e análise de obras como o *Fausto*, o *Manifesto Comunista*, as *Notas do Subterrâneo* e de ambientes sociais (como o Palácio de Cristal de Joseph Paxton, os bulevares parisienses de Haussmann, os projetos de Petersburgo, as rodovias de Robert Moses em Nova Iorque), seguindo o modelo de leitura de Benjamin sobre a Paris oitocentista – é da vitalidade das noções de *modernismo*, *modernização* e *modernidade* para se pensar o passado recente, o presente e o futuro das sociedades ocidentais, reivindicando a manutenção de seu uso para caracterizar o mundo contemporâneo.¹



Berman, portanto, já de início, se projeta no polo oposto ao diagnóstico pós-moderno no interior do debate aberto nos anos 1970. Em seu livro, demonstra-se abertamente um defensor assíduo da história e da tradição moderna, promovendo em diversos momentos elogios ao seu brilhantismo, humanismo, criatividade, bem como referendando as possibilidades que esta trouxe para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, alinha-se à interpretação de Habermas, que, pouco tempo depois, lançaria seu *O discurso filosófico da modernidade*, e que já havia proferido em Frankfurt um discurso em torno da ideia da modernidade enquanto um “projeto inacabado” (Habermas, 1992). Berman rejeita frontalmente a crítica pós-moderna aos princípios modernistas legados do Iluminismo setecentista, defendendo que a modernidade não apenas não teria terminado, como estaria munida de uma “capacidade de autocrítica e autorrenovação perpétuas” (Berman, 2007, p. 17).

Assim, na visão de Berman – por mais estranho que isso pudesse soar à primeira vista – o ambiente social do final do século XX não seria radicalmente diferente ou não estaria tão distante assim do mundo de Goethe, Marx, Baudelaire, Dostoievski. “Tudo o que é sólido desmancha no ar” e a caracterização a que esta emblemática frase extraída do *Manifesto comunista* alude e remonta – a de uma sociedade que não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, conseqüentemente, o conjunto das relações sociais – permaneceria bastante atual. Uma demonstração disso seriam os próprios “sinais das ruas” e as mudanças socioculturais visíveis nos espaços públicos produzidos por distintos processos de modernização (Paris, Petersburgo, Nova Iorque), que tornariam perceptíveis o quanto partilhemos não só de situações comuns, como da mesma “sensibilidade” dos primeiros modernistas, conformada tanto por desejos, esperanças, como por sentimentos de transitoriedade, vertigem, desorientação, etc., produto da combinação dramática de aspectos positivos e negativos do desenvolvimento capitalista, que, em seu protótipo dual, libertou a sociedade das amarras do arcaico, do atraso e rigidez feudais, ao mesmo tempo que trouxe efeitos nefastos, como a alienação, exploração, efemeridade, etc.. Para Berman, nós seríamos, na verdade, mais modernos que os próprios modernistas do século XIX, tendo em vista que estes viveram em um momento em que apenas “uma pequena parte do mundo era verdadeiramente moderna”, cenário que foi significativamente alterado mais de um século depois, haja visto o grau atingido pelo processo de modernização que desenvolveu uma rede “da qual ninguém pode escapar, nem no mais remoto canto do mundo” (Berman, 2007, p. 49).



Assim, estaríamos, segundo Berman, vivendo, mais especificamente, a *terceira fase da modernidade*, subsequente a dois estágios anteriores: um primeiro ainda “incipiente”, datado do início do século XVI ao final do século XVIII (no qual teriam surgido as primeiras manifestações de uma “sensibilidade moderna”) e um segundo aberto com a onda revolucionária de 1790, a partir da qual a vida e a experiência moderna e suas contradições (arcaico *versus* moderno, campo *versus* cidade, etc.), bem como as visões clássicas sobre ela – tais como em Goethe (*Fausto*), Marx (*Manifesto*), Baudelaire (sobre Paris) – ganharam corpo. Iniciada a partir de meados do século XX, a terceira fase da modernidade se caracterizaria, então, pela expansão e generalização da experiência moderna a nível mundial, e, conseqüentemente, pela perda da noção anterior do que era viver num mundo pré-moderno, de forma que a tensão dialética da experiência clássica da modernidade sofreu uma transformação significativa (Berman, 2007, pp. 25-26). Para Berman, isso teria causado um achatamento ou declínio do espectro imaginativo característico do modernismo, com o surgimento de visões ou cegamente “celebratórias” ou “condenatórias” do sentido da modernidade, aplanando a dimensão dual e ambígua característica das perspectivas modernas anteriores (Berman, 2007, p. 35). Em resposta a esse cenário, Berman propõe, então, a necessidade de uma espécie de retorno ao que seria em sua visão o “espírito clássico” do modernismo, seguindo a ideia de que o processo de modernização sempre traz consigo uma renovação constante desta tradição.

O livro de Berman tornou-se objeto de debate em uma conferência sobre marxismo e cultura realizada em 1983 na Universidade de Illinois durante palestra proferida por Perry Anderson – já considerado, naquele momento, renomado historiador marxista e importante editor da *New Left Review*. Nesta ocasião, Anderson promove uma avaliação minuciosa da estrutura de argumentação de *tudo o que é sólido desmancha no ar*, que seria publicada e tornaria disponível para o público anglófono no ano seguinte nas páginas daquela revista.

Na opinião de Anderson (1986, p. 2), a proposta de Berman, apesar de “convicente”, pecaria por uma profunda deficiência histórica: a de tratar o capitalismo do início do século XIX e do final do século XX de maneira quase que indistinta. Anderson intervém, então, no debate, propondo uma correção das posições de Berman. Para Anderson, isso passava por especificar o uso do termo modernidade, ou melhor, por *historicizar* a modernidade de maneira mais adequada. Nas palavras do autor, a história do capitalismo e sua trajetória determinada deveriam ser *periodizadas* e reconstruídas, sem cair no erro de reproduzir uma temporalidade de “tempo homogêneo”, que não



considera as variações históricas ocorridas no período em questão (Anderson, 1986, p. 6-7).²

Assim, em contrapartida, Anderson propõe que as origens e aventuras do modernismo fossem analisadas levando-se em conta “a temporalidade histórica diferencial em que se inscreve” (Anderson, 1986, p. 7).³ E, para isso, seria necessário, segundo ele, uma explicação de caráter *conjuntural*. Em suas palavras, a explicação conjuntural – em oposição tanto ao “perennialismo” de Berman, como também ao “evolucionismo” presente no esquema apresentado por Lukács – “envolveria a intersecção de diferentes temporalidades históricas a fim de compor uma configuração tipicamente sobredeterminada”, de forma que o modernismo poderia ser melhor entendido como “um campo cultural de força *triangulado*” por três temporalidades ou *coordenadas* decisivas: 1) pela resistência à codificação e institucionalização de academicismo nas artes; 2) pelo avanço tecnológico trazido com a segunda Revolução Industrial (telefone, rádio, automóvel, avião, etc.) que impactaram a vida cotidiana e geraram um poderoso estímulo à imaginação; e 3) pela “proximidade imaginativa da revolução social” (Anderson, 1986, p. 8-9). Nesse sentido, para Anderson, a emergência do campo de força que definiu o modernismo europeu no começo do século XX se deu “no espaço situado entre um passado clássico ainda utilizável, um presente técnico ainda indeterminado e um futuro político ainda imprevisível”, ou ainda, “na intersecção de uma ordem dominante semiaristocrática, uma economia capitalista semiindustrializada e um movimento operário semiemergente, ou semiinsurgente” (Anderson, 1986, p. 9).

Assim, Anderson e Berman apresentam formas distintas de explicação das condições políticas e sociais que levaram a irrupção do modernismo entre 1890 e 1920: o primeiro baseia-se na periodização histórica e na intersecção das esferas social, econômica e política (seguindo o livro *The Persistences of the Old Regime* de Arno Mayer) e o segundo, na análise do desenvolvimento das experiências modernas inscritas nas obras literárias e nos espaços urbanos. Além disso, Anderson e Berman divergem profundamente em relação a como caracterizar o modernismo a partir de meados do século XX. Na periodização proposta por Anderson, as coordenadas da conjuntura modernista teriam desaparecido após a Segunda Guerra Mundial, interrompendo, com isso, a própria vitalidade do modernismo. Nas palavras de Anderson (1986, p. 10),

Depois de 1945, tinha definitivamente acabado em todos os países a velha ordem semiaristocrática ou agrária, com tudo o mais que compunha seu séquito. A democracia burguesa finalmente se universalizara. Com isso, alguns laços críticos com um passado pré-capitalista soltaram-se bruscamente. Ao mesmo tempo, o Fordismo chegou com



força total. A produção e o consumo de massa transformaram as economias da Europa Ocidental segundo o figurino norte-americano. Já não poderia haver a menor dúvida quanto ao tipo de sociedade que esta tecnologia consolidaria: instalara-se agora uma civilização capitalista opressivamente estável, monoliticamente industrial.

Ou seja, Anderson advoga por um diagnóstico de transformação cultural e de ruptura histórica após a Segunda Guerra Mundial. Para o autor, junto ao desaparecimento das condições anteriores – uma ordem dominante semiaristocrática, uma economia capitalista semiindustrializada e um movimento operário semiemergente ou semiinsurgente – houve a generalização da produção de mercadorias, do consumo e da cultura de massas, bem como do esmaecimento gradual da esperança revolucionária de destruição do capitalismo pelo socialismo diante do contexto da Guerra Fria e do stalinismo, colocando um fim ao período criativo do modernismo. As vanguardas do pós-guerra, nesse sentido, teriam se definido sob um novo pano de fundo – a do “capitalismo pós-industrial” – que achatou a temporalidade ambivalente e contraditória do período anterior, tornando as manifestações artísticas mais superficiais, menos instigantes e reféns de um “fechamento de horizontes”: “sem um passado apropriável nem um futuro imaginável, num presente interminavelmente recorrente” (Anderson, 1986, p. 11-12). Nesse sentido, abriu-se um período em que não seria possível produzir nem grandes obras-primas, nem grandes revoluções (ou, pelo menos, elas teriam se tornado mais improváveis).

Berman, por outro lado, guardando um posição notadamente mais otimista em relação ao “pessimismo realista” de Anderson, reafirma – a partir de exemplos extraídos da vida urbana, narrados em sua resposta publicada na *New Left Review* – a persistência do modernismo “tanto nas ruas como nas nossas almas”, e que novas criatividade e visões de esperança estariam surgindo justamente do desapontamento, algo que reafirmaria a capacidade original do modernismo de “nos ajudar a tornar esse mundo nosso mundo” – ou seja, de nos tornar não apenas objetos, mas também sujeitos da modernização (Berman, 1984, p. 115-116).⁴ Ou seja, Berman reforça que o modernismo estaria vinculado a um processo de autodesenvolvimento ilimitado, responsável por amplificar e potencializar a experiência humana. Nesse sentido, defende um prolongamento das capacidades revolucionárias da modernidade, na busca para que ela se realize plenamente e cumpra suas promessas e potencial emancipatório – algo bastante criticado por Anderson, que adverte: “a vocação de uma revolução socialista não seria nem a de prolongar nem a de realizar a modernidade, mas sim a de aboli-la” (Anderson, 1986, p. 15).



Apesar da periodização e das críticas feitas por Anderson à obra de Berman serem bastante razoáveis e apresentarem elementos que promoveram avanços ao debate, é notável que elas também atingem um limite. Afinal de contas, qual termo seria, então, viável para designar todos esses processos de mudanças surgidos no pós-guerra que, segundo Anderson, não apenas não se enquadrariam mais nas concepções de modernismo, modernidade e modernização, como também quebrariam completamente todas as coordenadas históricas que haviam as tornado possíveis?

Uma resposta plausível a essa pergunta seria logo apresentada pelo crítico cultural Fredric Jameson, também publicada nas páginas da *New Left Review*, em 1984, duas edições após a réplica e tréplica do debate entre Anderson e Berman. No artigo intitulado *A lógica cultural do capitalismo tardio* – embrião de seu famoso livro *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio* – Jameson propõe a utilização dos conceitos de *pós-modernismo* e *capitalismo tardio* para designar o novo período histórico aberto pela Segunda Guerra Mundial, num momento em que as posições marxistas e pós-modernas eram vistas como diametralmente opostas, impermeáveis uma a outra. Jameson é reconhecido, então, por ter sido um dos primeiros teóricos marxistas a propor uma mediação de posições, incorporando o termo pós-modernismo ao arsenal marxista por meio da lógica dialética. Para ele, submeter o pós-modernismo ao exame crítico era uma tarefa necessária naquele momento, sobretudo tendo em vista que este se configurava como um “competidor teórico” que estava deslocando a posição de hegemonia que o marxismo detinha no interior do pensamento crítico, como também apontava Anderson em seu *Nas trilhas do materialismo histórico*. Mais do que isso: o diálogo com a teoria pós-moderna era uma forma de atualização do marxismo e de seu diagnóstico do presente histórico, permitindo esta tradição alcançar uma síntese teórica superior, de forma semelhante a Marx em seu “acertar contas” com o idealismo alemão, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa.

Nesse sentido, Jameson apresenta uma resolução mais bem acabada para ao tema da controvérsia Berman-Anderson, promovendo uma periodização que balanceia, ou melhor, que propõe um *ponto de junção* entre a proposta de análise cultural efetuada pelo primeiro e a visão histórica oferecida pelo segundo, conservando os pontos positivos e superando as limitações de cada uma delas (ainda que acabe apresentando mais pontos de contato com a visão de Anderson).

Isso é nítido, em primeiro lugar, pelo fato de Jameson elencar (devido a sua própria formação original) a crítica cultural como ponto de partida de suas análises, da qual o



autor extraiu uma descrição histórica sobre a cultura no capitalismo contemporâneo. Jameson, no entanto, inova, ou dá um certo refinamento a proposta de Berman, ao basear-se na noção de *inconsciente político*, que conceitua que todo o produto cultural retém em si uma historiografia de sua própria época, ou seja, traduz, em seus próprios termos, a realidade social em que está inserido (Jameson, 1992). A partir dessa formulação – que bebe das formulações estéticas de Adorno – compreende, então, que os traços formais presentes nas manifestações artísticas e culturais que emergiam a partir dos anos 1960 (que para ele deveriam ser denominadas “pós-modernas”) conteriam em si traços estruturais da sociedade capitalista em seu último estágio.⁵ Além disso, o autor oferece um quadro de análise mais abrangente que Berman, envolvendo o exame de uma gama variada de objetos culturais da literatura, das artes visuais, da arquitetura, do cinema, etc. – que vão desde a obra de Andy Warhol até filmes como *O poderoso chefe*.

Em segundo lugar, Jameson propõe – aquilatando a proposta de Anderson – um novo mapeamento para designar o processo de esgotamento da conjuntura modernista. Na verdade, vai um pouco além: estende o uso das coordenadas históricas elencadas por Anderson para mapear o desenvolvimento do próprio pós-modernismo após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, também elenca três coordenadas principais: 1) o processo de conversão do alto modernismo num cânon na academia e nos museus nos anos 1960, algo que fez com que este perdesse seu caráter “subversivo” e seu posto de representante de uma “cultura de oposição” (Jameson, 2006, p. 41-42); 2) o surgimento de um novo estágio do capitalismo – o “capitalismo tardio” – a partir do pós-guerra; e 3) a consolidação do pós-modernismo enquanto uma “dominante cultural” nos anos 1980, no momento em que o sistema absorveu e neutralizou o discurso vanguardista presente em nas manifestações culturais e políticas dos anos 1960, transformando-o numa retórica esvaziada de celebração eclética e dispersa do pluralismo, da heterogeneidade e da coexistência de múltiplos grupos sociais fragmentados, funcional para a manutenção e reprodução de sua lógica de consumo, propaganda, etc. Nesse sentido, Jameson se alinha a argumentação de Anderson de que houve um distanciamento com a perspectiva da revolução social e a dissipação das energias emancipatórias no final do século XX, que foram incorporadas pelo sistema, anunciando que os anos 1980 seriam o momento de falência “da liberação do corpo, do desejo e dos sentidos que tinha sido um dos ‘ganhos’ principais da batalha dos anos 60”, de forma que o pós-modernismo deveria ser entendido juntamente como um “substituto para os anos 60, e a compensação por seu fracasso político” (Jameson,



1997, p. 19; 264). Os indivíduos pós-modernos estariam, assim, imersos numa vida social, em experiências subjetivas ou num “espírito de época” distópico, permeado pela falta de perspectiva de um futuro radicalmente diferente e, portanto, em experiências presentificadas, efêmeras, reféns do poder da imagem, da propaganda, da cultura de massas e do consumo.

O diagnóstico de Jameson – que se apoia no esquema histórico-econômico de Ernest Mandel (1982) – é de que houve, após a Segunda Guerra Mundial, o começo de um novo momento social, não no sentido pós-industrial ou pós-capitalista, mas sim, de uma *forma mais pura e homogênea de capitalismo*, tendo em vista que fenômenos que emergiram nesse período – como a “Revolução Verde” e o avanço da indústria cultural – corroboraram para que o sistema, em sua crescente ambição de abarcar novas esferas da vida social ao seu processo de desenvolvimento, operasse a colonização final do que seriam os últimos enclaves pré-capitalistas, até então resistentes à lógica capitalista e mercantil: a Natureza e o Inconsciente. Com isso, o capitalismo teria se tornado um *sistema total* – já que não existiria mais nada fora dele (Jameson, 1997, p. 100) – ou ainda, teria atingido uma *modernização totalmente implantada*, superando todos os obstáculos que antes se deparava em seu processo de expansão e desenvolvimento.

Assim, na visão de Jameson, o conflito típico da época moderna, do “novo” *versus* o “arcaico”, não constituiria mais um paradigma específico de nosso tempo. A modernidade como “desenvolvimento desigual”, marcada pela coexistência dialética de diferentes temporalidades (o pré-capitalista e o capitalista, o artesanal e o industrial, a comunidade e a sociedade, o rural e o urbano), ou melhor, como “modernização incompleta”, teria sido superada.⁶ Ou seja, para o autor, passamos a viver numa sociedade mais homogeneamente modernizada, em que todos os traços residuais arcaicos que restavam de uma economia mais antiga – a agricultura, os camponeses, as pequenas unidades de negócio, o comércio pequeno-burguês, o artesanato – bem como as próprias noções modernas de temporalidade, historicidade, profundidade e memória, desapareceram, e em que as formas de produção foram definitivamente subordinadas ao sistema efêmero do mercado, das multinacionais, das novas tecnologias comunicacionais e de transporte, etc.. Assim, Jameson enfatiza que a modernização em seu sentido clássico não seria mais possível (ou ainda, que a industrialização e o modelo de produtividade moderno tornaram-se anacrônicos), tendo em vista a mobilidade extraordinária de capital pelo mundo, a nova indústria de alta tecnologia, a descolonização, a maior atração do capital por novas oportunidades de



investimento e pela tecnologia cibernética, etc. Dessa forma, a época moderna na verdade teria sido superada para que o capitalismo atingisse um patamar superior de desenvolvimento, produzindo um tipo de formação social mais moderno do que a própria modernidade foi capaz de produzir.

Com efeito, Jameson – de uma maneira distinta de Berman – também se pretende a uma atualização da reflexão dialética sobre a modernidade. Da mesma forma como Marx havia analisado o desenvolvimento do capitalismo moderno como portador do progresso e da catástrofe, a emergência do período pós-moderno é analisado por Jameson no mesmo protótipo dual, levando em consideração suas promessas (pluralismo, liberação, etc.) e perdas (homogeneização, falta de historicidade, fragmentação, etc.), esquivando-se de cair na dupla armadilha de ou defender uma posição nostálgica de retorno ao passado moderno, ou de simplesmente se acomodar no discurso de que tudo mudou e de que viveríamos mediante circunstâncias completamente novas, “pós-históricas” e “pós-capitalistas”. Nesse sentido, nota-se que, se comparada a abordagem de Jameson, Berman guarda uma concepção demasiadamente positiva, benevolente e legitimadora da modernidade, não denotando que de fato houve uma transformação qualitativa a partir de meados do século XX, como se as forças contraditórias do século XIX não tivessem adquirido novos contornos na sociedade capitalista contemporânea. Como demonstra Jameson, sem dúvida há um contínuo movimento de efemeridade, destruição, promessas, etc., mas ele é próprio ao capitalismo, antes da modernidade. Nesse sentido, modernidade e pós-modernidade corresponderiam, na verdade, a fases do capitalismo, de forma que a passagem de uma a outra deveria ser vista do ponto de vista do desenvolvimento histórico mais geral do sistema.

O “colapso da modernização” e o ponto de vista da periferia

Apesar dos debates levantados no meio anglo-saxão evidenciarem aspectos relevantes da história e da dinâmica do desenvolvimento capitalista, e representarem um avanço importante nas polêmicas da teoria social em geral, um distanciamento crítico também se faz necessário, sobretudo no sentido em que eles apresentam certas lacunas para se pensar as realidades periféricas. As formulações de Berman, Anderson e Jameson, por exemplo, apontam tendências gerais fundamentais das dinâmicas da expansão capitalista, mas a partir de um ponto de vista específico. Ou ainda, apesar de pretensamente universais, as análises vindas do centro correspondem a apenas um lado do desenvolvimento desigual e combinada do capitalismo. Nesse sentido, é necessário identificar o “eurocentrismo” ou americanismo tanto de Berman, que opera



a ideia de modernidade e modernização como experiências universais, que virtualmente abarcam o mundo inteiro, como também a de Anderson e Jameson, a exemplo da noção de “modernização completa”, que em geral não corresponde ou não encontra lastro na realidade dos países periféricos, como é o caso do Brasil e outros países latino-americanos, haja visto, inclusive, que nosso problema por muito tempo passou por compreender, antes de mais nada, se haveríamos conhecido plenamente a própria experiência da modernidade.

Nesse sentido, torna-se produtivo confrontar ou complementar as elaborações destes autores com aquelas que estavam sendo desenvolvidas em momento similar nos próprios países periféricos, como é o caso do Brasil. Assim como nos Estados Unidos e na Inglaterra, o marxismo passava por um processo de renovação no contexto brasileiro. Como aponta Roberto Schwarz, até meados do século XX, esta tradição possuía vínculos pouco aprofundados com a cultura do país, restrito a versão exportada do “marxismo-leninismo” proveniente da União Soviética pelo Partido Comunista (Schwarz, 1999a, 90). Com a radicalização política e ideológica da década de 1960, outras vertentes – como o trotskismo, o maoísmo, o castrismo-guevarismo, assim como com a recepção dos chamados “marxistas ocidentais” (sobretudo Gramsci, Lukács e Althusser) – começaram a circular no ambiente brasileiro, algo que se combinou com uma maior adesão da intelectualidade ao marxismo devido à sua disseminação nas universidades (Musse, 2015, p. 415). Junto a isso, um marxismo independente de “esquemas ortodoxos”, sobretudo, legitimado no universo científico e propriamente nacional – ou seja, vinculado à cultura e as contradições de um país de capitalismo dependente – começou a se desenhar no país (Arantes, 1994, p. 238-239).⁷

A geração de intelectuais agrupados em torno do chamado “Seminário Marx” talvez seja uma das expressões mais evidentes dessa associação entre um maior interesse universitário pelo marxismo e a busca por um processo de “nacionalização” do marxismo no Brasil a partir dos anos 1960. Grupo de estudos interdisciplinar formado entre os anos 1958 e 1964 por docentes e discentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) – entre eles, jovens discípulos de Florestan Fernandes⁸ –, o Seminário tinha como intuito primordial realizar uma leitura rigorosa e científica de *O Capital*, em sintonia com outros países que passavam pelo mesmo processo de “retorno à Marx” (como a França, a Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra). A diferença do empreendimento realizado no Brasil seria justamente o fato de que ele tinha como objetivo específico extrair da leitura da obra máxima de Marx lições para se pensar uma sociedade de capitalismo periférico e dependente.



Nesse caso, simplesmente transpor as formulações de Marx a esse contexto geraria um certo descompasso, processo que foi muito bem tematizado por Schwarz, um dos teóricos brasileiros provenientes do Seminário que se singularizou por se ater ao exame das manifestações culturais, entendendo-as como um ponto de partida importante para a compreensão da realidade brasileira. Nesse sentido, realiza o mesmo procedimento crítico defendido por Jameson, seguindo o princípio adorniano de que a matéria de qualquer fenômeno cultural “é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência” (Schwarz, 2014a, p. 64). No caso, Schwarz examina não apenas exemplares da arte e cultura brasileira (como a obra de Machado de Assis), como extrai dela considerações sobre a própria vida ideológica do país, identificando justamente a disparidade entre as ideias do centro e da realidade periférica. Em suas análises, o autor observa como o liberalismo, por exemplo, originalmente uma ideologia na Europa, se converteu no Brasil em uma “ideologia de segundo grau”,⁹ ou ainda, uma “ideia fora do lugar”, que revelaria, por sua vez, um mecanismo social:

[...] procurei ver na gravitação das ideias um movimento que nos singulariza. Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as ideias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia a dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização em seu conjunto, que é internacional. O tique-taque das conversões e reconversões de liberalismo e favor é o efeito local e opaco de um mecanismo planetário (Schwarz, 2014a, p. 62-63).

Schwarz, portanto, revela justamente a existência de um desajuste e inadequação entre ideias e contexto social, ou ainda, um “sentimento de contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo”, que faz com que brasileiros tenham “constantemente a experiência do caráter *posticho, inautêntico, imitado* da vida cultural” (Schwarz, 2014b, p. 81-82). Em suas palavras, “ao longo de sua reprodução social, incensavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio” (Schwarz, 2014a, p. 62). Nota-se, entretanto, que, para Schwarz, trata-se de um processo inevitável: apesar de nossas condições sociais terem geralmente pouco em comum com as que produziram originalmente as referências ideológicas europeias, o Brasil, enquanto país periférico que almeja participar da modernidade e ter o mesmo padrão de desenvolvimento dos países do centro, a todo



instante toma emprestados seus modelos culturais, políticos, jurídicos, etc. (Schwarz, 2014b, p. 95). O problema, portanto, não é a “cópia” em si, mas a forma como ela se dá, já que as categorias europeias provêm de um espaço “*diverso mas não alheio*” à realidade brasileira, que está igualmente inserida na dinâmica internacional do capital (Schwarz, 2014b, p. 95-96). Ou seja, as categorias não se aplicam com propriedade, mas também não deixam de se aplicar completamente.

Pode-se dizer que a noção de modernidade é uma dessas categorias, que inevitavelmente tornou-se objeto de debate entre os marxistas do Seminário, tendo em vista o próprio ambiente social e político em que se dava tal empreitada – o de relativo otimismo do ciclo nacional-desenvolvimentista nos anos 1950, em que se apostava na superação do “atraso” brasileiro por meio da industrialização¹⁰ – e como este logo daria seus sinais de exaustão, haja visto o contexto do “fim do século”, que colocou na ordem do dia a necessidade de uma virada negativa no pensamento crítico brasileiro, que desse ênfase ao “avesso” ou ao lado degradante da modernização, em substituição da positividade modernizadora que havia imperado no período anterior (Schwarz, 1999b). A reflexão da dialética da modernidade, portanto, ganhou contornos próprios no contexto brasileiro, afeiçoando-se aos dilemas da modernidade periférica. Na síntese alcançada por Francisco de Oliveira (2003), por exemplo, o moderno no Brasil é a reposição do atraso, e não sua superação; na verdade, é um “progresso do atraso”. Ou seja, a modernização, como padrão histórico, de certa forma nunca passou de um mero “vislumbre” no contexto periférico.

Na verdade, um diagnóstico apresentado por Schwarz, Oliveira e Paulo Arantes – talvez a tríade que melhor represente essa reflexão crítica da modernidade periférica na chave dialética e negativa que surgiu no Brasil no final do século XX – é o de esgotamento, ou ainda, *colapso da modernização*, termo emprestado da obra de Robert Kurz. Nesse sentido, compartilham parcialmente do diagnóstico de Anderson e Jameson de que a modernização teria se “completado”, mas a partir de uma ótica diferente. Como coloca Oliveira (2003, p.138), a Terceira Revolução Industrial colocou fim à crença de superação do atraso no capitalismo dependente:

Enquanto o progresso técnico da Segunda Revolução Industrial permitia saltar à frente, operando por rupturas sem prévia acumulação técnico-científica, por se tratar de conhecimento difuso e universal, o novo conhecimento técnico científico está trancado nas patentes, e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações.



E este lado contemporâneo “não-dualista” da acumulação de capital não estaria mais restrito hoje à periferia, começando a se projetar também no “núcleo desenvolvido”, tendo em vista que a Terceira Revolução Industrial levou aos extremos a informalidade e a precarização como necessidade da reprodução do capital (Oliveira, 2003, p. 137). Assim, os países periféricos, como aponta Arantes (2004, p.77), transformam-se na vanguarda e no “laboratório” do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Ou seja, a dinâmica histórica da formação brasileira torna-se agora a regra e o futuro das sociedades ocidentais no período da acumulação flexível, num processo de “periferização do mundo”, em que os traços mais regressivos do sistema capitalista assumem uma extensão planetária, passando a ser reproduzidos de uma forma mais ampliada e intensificada. Os dilemas e as perversidades da modernização capitalista, até então aparentemente confinados à realidade periférica, se proliferam, então, para os países do centro e passam a manifestar traços cada vez mais universais – como é nítido nas grandes metrópoles, em que há a convivência perversa do que há de mais avançado e tecnológico, com o que há de mais pobre e miserável.

Os marxistas brasileiros, portanto, apresentam um novo diagnóstico de época, a partir da atualização da tradição dialética, mostrando como a combinação entre marxismo (enquanto uma teoria universal) e ponto de vista periférico (no caso, o brasileiro) é capaz de trazer contribuições singulares para a análise do capitalismo, sobretudo em seu atual estágio, de colapso e desintegração da modernização, em que a própria periferia se torna um centro de experimentos do capital, tanto quanto de formulações sobre ele. Acertam, portanto, em lidar de maneira produtiva com a inadequação entre uma tradição proveniente do centro e a realidade brasileira, reconhecendo o caráter internacional da tradição marxista, bem como a necessidade de adaptar suas formulações à nossa realidade nacional concreta.

Notas

1 Na definição de Berman, modernidade é um estado de coisas ou um conjunto de experiências (temporais, espaciais, etc.) ao mesmo tempo promissoras e destruidoras, criada pelo advento do capitalismo e pela revolução burguesa, que aniquilou as velhas tradições e instituições sociais e deu forma a uma sociedade pautada numa dinâmica contraditória e transitória, com uma capacidade produtiva sem igual; modernização refere-se aos processos sociais que dão vida ao “turbilhão da vida moderna” (descobertas científicas, industrialização, crescimento demográfico e urbano; meios de comunicação de massa, etc.); e modernismo denomina uma série de atividades artísticas, intelectuais, religiosas, políticas, enfim, “qualquer tentativa feita por mulheres



e homens modernos no sentido de se tornarem não apenas objetos mas sujeitos da modernização, de apreenderem o mundo moderno e de se sentirem em casa nele” (Berman, 2007, p. 11).

2 Para Anderson, ao pautar-se numa concepção “plana” de desenvolvimento, dando demasiada ênfase a um dos lados da acumulação capitalista – o processo constante, ininterrupto e permanente de revolucionamento da produção, num fluxo contínuo em que o “novo” substitui o “velho” quase que cronologicamente – a noção de modernização utilizada por Berman criaria a imagem de um tempo histórico homogêneo, enquanto o próprio Marx descreveu o desenvolvimento da sociedade capitalista a partir de uma compreensão temporal mais complexa, descontínua, ou ainda, “curvilínea” – uma parábola de ascensão, estabilização e declínio da ordem burguesa (Anderson, 1986, p. 6). Da mesma forma que o conceito anterior, o termo modernismo é aplicado sem levar em consideração nenhum princípio interno de variação, como se, uma vez instalado, ele simplesmente seguisse numa linha continua de reprodução, não havendo distinções entre os fenômenos artísticos surgidos antes ou depois do século XX.

3 Além de uma “concepção mais diferencial de tempo histórico”, Anderson também defende que o modernismo deveria ser enquadrado: 1) em termos de sua distribuição geográfica desigual, tendo em vista as diferenças de países como Alemanha, Itália, Rússia, Estados Unidos, etc. e que, mesmo “no mundo europeu ou ocidental de modo geral, existem importantes áreas que praticamente não deram origem a nenhum momentum modernista”; 2) em um espectro que estabelece distinções entre as variadas tendências, movimentos e práticas estéticas reunidas sob a rubrica de modernismo (simbolismo, expressionismo, cubismo, futurismo, construtivismo, surrealismo), que por si só excluem a possibilidade de uma única postura modernista clássica frente a experiência da modernidade (Anderson, 1986, p. 7).

4 Ao privilegiar exemplos oriundos das experiências cotidianas e urbanas e não construir uma periodização pautada em análises históricas gerais, Berman provoca Anderson, insinuando que “Ler O Capital não nos ajudará se também não soubermos ler os sinais das ruas” (Berman, 1984, p. 123). Ao mesmo tempo é significativo, como nota Anderson, que Berman, para sustentar seu argumento, tenha que elencar como uma das “fontes da eterna juventude” do modernismo a América Latina (citando por exemplo Cien Años de Soledad, de Gabriel García Márquez), tendo em vista que nela ainda seria possível encontrar as coordenadas sociais, políticas e econômicas que antes serviram como pano de fundo para o modernismo europeu (Anderson, 1986, p. 12).



5 Dessa forma, Jameson confronta a sugestão de Berman de que os novos fenômenos culturais surgidos a partir dos anos 1960 deveriam ser categorizados como modernismos de “novo tipo” (“novos” modernismos ou “modernismos pop”), organizados por uma tipologia de três tendências: aqueles que afirmam, negam ou se ausentam da vida moderna (Berman, 2007, p. 44). O autor sugere a adesão do termo pós-modernismo, apresentando uma cartografia mais complexa das diferentes possibilidades lógicas de posições em seu texto *Teorias do pós-moderno*: 1) anti-moderna e pró-pós-moderna (tal como em Charles Jencks e Tom Wolfe); 2) pró-moderna e anti-pós-moderna (Hilton Kramer, Habermas); 3) pró-moderna e pró-pós-moderna (Lyotard); 4) anti-moderna e anti-pós-moderna (Manfredo Tafuri) (Jameson, 2006, p. 47-48).

6 Nas palavras do autor, “o ‘moderno’ deve agora ser rebatizado de ‘pós-moderno’ (já que o que chamamos de moderno é a consequência da modernização incompleta e deve, necessariamente, definir-se em contraposição a um residual não-moderno, que não mais vigora na pós-modernidade enquanto tal – ou melhor, cuja ausência define esta última)” (Jameson, 2006, p. 108).

7 Como coloca Schwarz (1999a, p. 96), “faria parte de uma inspiração marxista consequente um certo deslocamento da própria problemática clássica do marxismo, obrigando a pensar a experiência histórica com a própria cabeça, sem sujeição às construções consagradas que nos serviam de modelo, incluídas aí as de Marx”.

8 Entre os membros que compuseram a formação original do Seminário estão: José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, Fernando Novais, Bento Prado Júnior, Roberto Schwarz, Michael Löwy, Francisco Weffort, entre outros.

9 Como sintetiza Ricupero (2008, p. 59-60), “o liberalismo na Europa corresponderia às aparências, num contexto onde prevalecia o trabalho livre e a igualdade perante a lei. Já no Brasil, onde o trabalho escravo era dominante e, conseqüentemente, relações materiais de força eram normais, a exploração se revelaria sem subterfúgios. Mas aqueles que não eram escravos se relacionariam, para além da força, por meio do favor e, dessa maneira, afirmariam sua condição de homens livres”.

10 Como relata Schwarz, o contexto nacional daquela época – e o ânimo progressista em torno da criação de novas indústrias, automóveis nacionais, da construção de Brasília, etc. – organizavam o imaginário social e o pensamento crítico dos membros do



Seminário: “naqueles anos pareceu possível uma arrancada recuperadora, que tirasse a diferença que nos separava dos países adiantados” (Schwarz, 1999a, p. 88).

Referências bibliográficas

Anderson, P. Modernidade e revolução. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 14, pp. 2-15, fev. 1986.

_____. *Considerações sobre o marxismo ocidental/Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

Arantes, P. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. A fratura brasileira do mundo. In: *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.

Berman, M. The signs in the street: a response to Perry Anderson. *New Left Review*, 1:144, 1984.

_____. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Bloch, E. *O princípio da esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Habermas, J. Modernidade – um projeto inacabado. In: ARANTES, O.; ARANTES, P. *Um ponto cego no projeto moderno de Jurgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Jameson, F. The cultural logic of late capitalism. *New Left Review*, 1:146, jul-ago 1984.

_____. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. *O inconsciente político*. São Paulo: Ática, 1992.

_____. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Kumar, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Kurz, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1993

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Marx, K. & Engels, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Musse, R. O debate marxista sobre a pós-modernidade. *Revista Z Cultural (UFRJ)*, ano VII, n. 3, p. 1-5, 2012.



_____. As aventuras do marxismo no Brasil. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 28, n. 74, p. 409-425, 2015.

Oliveira, F. *Crítica à razão dualista/O onitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Therborn, G. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012.

Ricupero, B. Da formação à forma. Ainda as “ideias fora do lugar”. *Lua Nova*, São Paulo, 73: 59-59, 2008.

Schwarz, R. "Um seminário de Marx". In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a.

_____. "Fim de século". In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b.

_____. "As ideias fora do lugar". In: *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2014a.

_____. "Nacional por subtração". In: *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2014b.